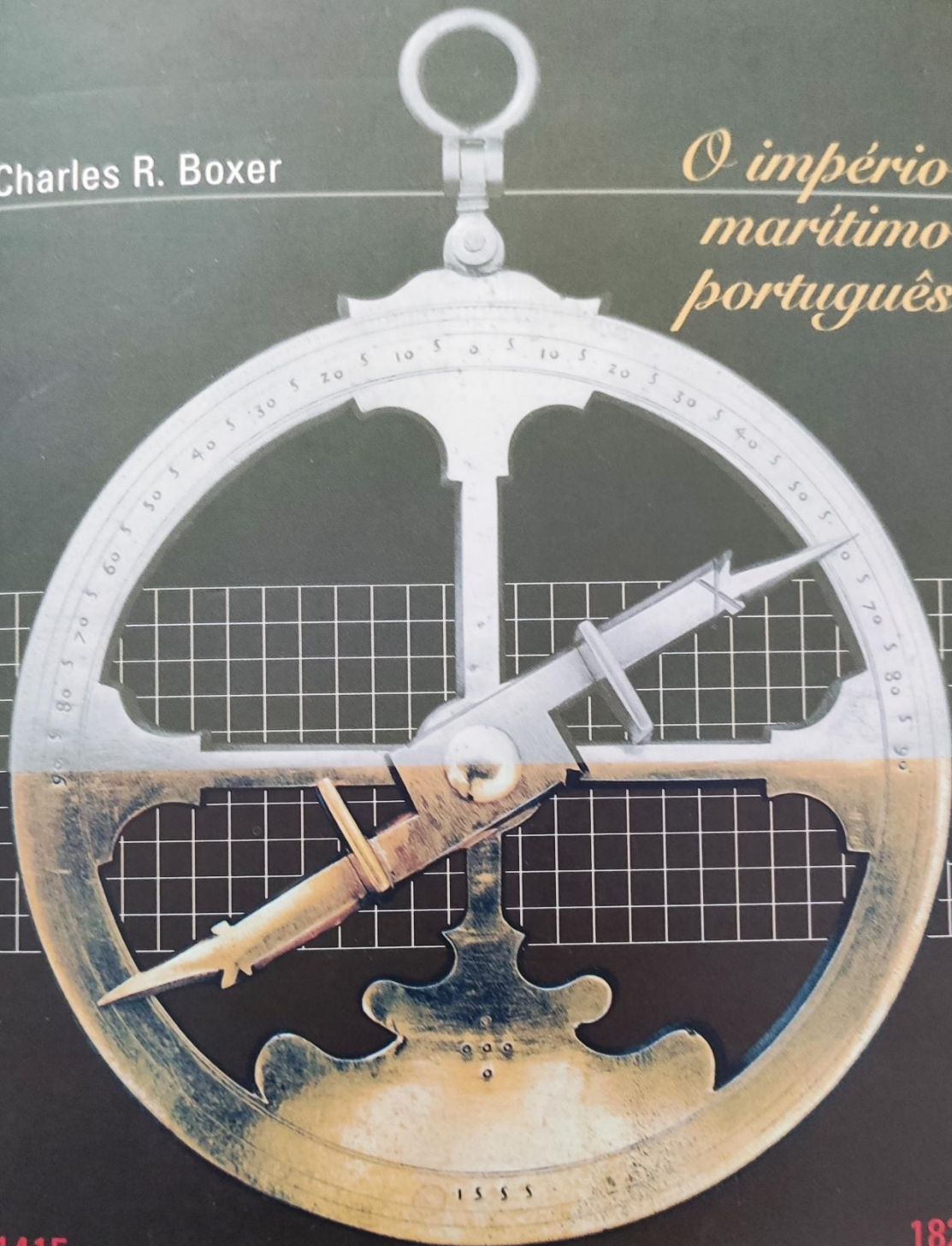


Charles R. Boxer

*O império
marítimo
português*



1415

1825



SHOT ON MI 9T
AI TRIPLE CAMERA



4. Os escravos e o açúcar no Atlântico Sul (1500-1600)

Para nós é irrelevante saber se o Brasil foi descoberto acidental ou propositalmente pelos portugueses da frota de Pedro Álvares Cabral, numa viagem para a Índia, em abril de 1500, mas a Terra de Vera Cruz, como foi batizada pelos descobridores, não demorou a se chamar Brasil devido à lucrativa madeira vermelha utilizada para tingir, assim chamada, que foi encontrada em quantidade razoável ao longo do litoral. O empenho no comércio com a Índia, no ouro da Guiné (Mina) e nas guerras com o Marrocos durante muitos anos impediu a Coroa portuguesa de dedicar atenção à região recentemente descoberta, que não parecia possuir nada melhor além da madeira para tingir, papagaios, macacos e selvagens nus, dos mais primitivos. Esses ameríndios pertenciam à família lingüística dos tupi-guaranis; os homens eram caçadores, pescadores e coletores de comida e às mulheres cabia a reduzida atividade agrícola que praticavam. As tribos ou famílias nômade conheciam o fogo mas não o metal, e as mais sedentárias construíam aldeias rodeadas de paliçadas, com grandes cabanas-dormitórios, feitas de estacas, mato trançado e sapê. A mandioca, depois de extraído seu suco venenoso, constituía a alimentação básica de muitos deles, e algumas (mas não a totalidade) das tribos praticavam o canibalismo.

As primeiras impressões causadas por esses selvagens nus da Idade da Pe-

dra foram muito favoráveis. São descritos como inocentes filhos da natureza, exatamente como Adão e Eva no jardim do Éden antes do pecado original. Pedro Vaz de Caminha, o “repórter” que foi testemunha ocular desse encontro idílico, escreveu ao rei dom Manuel:

Parece-me que são pessoas de tanta inocência que, se pudéssemos compreendê-los e eles a nós, em breve tornar-se-iam cristãos porque não parecem ter ou compreender nenhuma forma de religião [...] Porque é certo que esta gente é boa e de simplicidade pura e que pode facilmente gravar-se neles qualquer crença que se lhes deseje dar. E, ademais, Nosso Senhor lhes deu belos corpos e boas caras como a homens bons, e se Ele nos trouxe aqui, creio, não foi sem propósito [...] havia entre eles três ou quatro raparigas muito novas e muito belas, com cabelo muito preto, comprido, sobre os ombros, e com suas partes íntimas tão altas, fechadas e desprovidas de pêlo que não sentíamos vergonha nenhuma em fixá-las [...] uma das raparigas estava toda pintada da cabeça aos pés com aquela tinta [preto-azulada], e era tão bem-feita e torneada e a sua ausência de vergonha era tão encantadora que muitas mulheres da nossa terra, se vissem tais atrativos, sentir-se-iam envergonhadas por os seus não serem como os dela.

Essa antecipação portuguesa da concepção do “bom selvagem” dos *philosophes* franceses do século XVIII é com frequência citada por escritores modernos como prova da ausência lusitana de discriminação racial e da tendência que tinham os portugueses de se acasalarem com mulheres de cor. Na realidade, tratava-se tão-somente da reação natural de marinheiros sedentos de sexo, e pode facilmente ser comparada a reações semelhantes dos marinheiros ingleses e franceses do século XVIII às beldades polinésias, escassamente vestidas, do Taiti e das ilhas do Pacífico. Além disso, a comparação lisonjeira desses selvagens da Idade da Pedra com os habitantes inocentes de um paraíso terreno ou de uma idade do ouro desaparecida não durou muito tempo — não mais do que as reações semelhantes de Colombo e seus marinheiros espanhóis aos arauaques das ilhas do Caribe descobertos em sua primeira viagem. O estereótipo do índio brasileiro como filho da natureza no estado mais puro foi logo substituído pela convicção portuguesa popular de que era um selvagem irremediável, “sem fé, sem rei, sem lei”.

Essa mudança de atitude tornou-se muito mais pronunciada e geral —

mudanças na moda
de us e
mais
necessidade
de abrigos
cas

embora nunca chegasse a ser universal — depois de meados do século XVI. E
deveu-se em grande parte à substituição do pau-brasil pelo açúcar como
principal produto de exportação do país, e a conseqüente necessidade de uma
força de trabalho disciplinada (ou escrava). Nas três primeiras décadas desse
período, o contato dos portugueses com o Brasil praticamente limitou-se a
mercadores e marinheiros de passagem que vinham trocar utensílios de ferro,
bugigangas e ninharias originárias da Europa por pau-brasil, papagaios, ma-
cacos e a comida de que necessitavam durante a estadia. Tais atividades não
acarretavam nenhuma fixação permanente, apesar de vários proscritos e de-
sertores terem “virado nativos” e se tornado membros de grupos tribais amerín-
dios. Essa economia de troca resultou em relações raciais razoavelmente fáceis
e amigáveis, ainda que houvesse, evidentemente, os inevitáveis mal-entendi-
dos e choques. Além disso, durante esse período, marinheiros franceses e mer-
cadores da Normandia e de Rouen freqüentavam a costa brasileira a fim de
obter pau-brasil mediante trocas em escala bastante grande e possivelmente
até maior do que os portugueses. De início, os ameríndios não sabiam distin-
guir as duas nações européias rivais, mas, por volta de 1530, já tinham aprendi-
do a fazê-lo. Daí em diante, as rivalidades intertribais foram agravadas por
certos grupos, sobretudo os tupinambás, que apoiavam os franceses, e por ou-
tros, principalmente os tupiniquins, que se aliaram aos portugueses.

A ameaça crescente da possível fixação dos franceses nessa parte da Amé-
rica do Sul, que fora designada à Coroa portuguesa pelo Tratado de Tordesi-
lhas, em 1494, acabou induzindo dom João III a sistematicamente promover
a colonização do Brasil. O sistema que o rei adotou em 1534 foi o da divisão
do litoral entre o rio Amazonas e São Vicente em doze capitânias hereditárias de
extensão limitada, no sentido da latitude, variando entre trinta e cem léguas,
mas de extensão indefinida para o interior. As quatro capitânias setentrionais,
situadas entre a Paraíba do Norte e o Amazonas, não foram ocupadas duran-
te o século XVI, ainda que os donatários, a quem haviam sido distribuídas, ti-
vessem tentado, em vão, fazê-lo. Das oito restantes, apenas Pernambuco, no
Nordeste, e São Vicente, na extremidade ^{mud. mal} setentrional, conseguiram vencer os
“problemas de dentição” dos primeiros tempos, e tornaram-se centros de
crescimento populacional e econômico relativamente importantes. As de-
taram numa obscuridade total, com pequeno número de colonos que manti-

nham uma posição precária em locais isolados da faixa litorânea. O passo seguinte foi dado pelo rei em 1549, ao enviar um governador-geral com o propósito de fundar uma capitania nova, situada no centro, na Bahia, diretamente administrada pela Coroa. Em sua companhia viajaram alguns missionários jesuítas, encarregados de converter os ameríndios e educar e reformar os costumes dos colonos, muitos dos quais eram condenados ao degredo. Os franceses, que nesse meio-tempo se fixaram no Rio de Janeiro, foram expulsos de "la France Antarctique", como ambiciosamente a chamavam, em 1565. Desse momento em diante, o litoral brasileiro ficou sob o controle português, embora os colonos houvessem penetrado somente no interior do distrito mais meridional, o de São Paulo de Piratininga.

Os donatários que obtiveram as primeiras concessões em 1534, e seus sucessores, não pertenciam à alta nobreza nem eram ricos comerciantes; eram, sim, oriundos de famílias educadas e da pequena nobreza. Não possuíam, em sua maioria, capital ou outros recursos que lhes permitissem fazer progredir as terras, apesar dos enormes privilégios jurídicos e fiscais que a Coroa lhes concedera. Esses privilégios incluíam o direito de fundar cidades e de lhes atribuir direitos municipais; o direito da pena capital para escravos, pagãos e cristãos livres das classes mais baixas; o direito de cobrar impostos locais, exceto no que se referia a mercadorias (como o pau-brasil) que se constituíam em monopólio da Coroa; o direito de autorizar construções, como de engenhos de açúcar, e de receber dízimas sobre determinados produtos, entre os quais o açúcar e o peixe. O sistema de donatários, combinando elementos feudais e capitalistas, havia sido utilizado com êxito no desenvolvimento das ilhas da Madeira e dos Açores, e foi aplicado com menor êxito no arquipélago de Cabo Verde e, durante curto espaço de tempo (em 1575), em Angola.

Bem-sucedidos ou não, a instituição dessas capitanias e o estabelecimento de uma administração governamental central na Bahia levaram milhares de colonos portugueses para o litoral brasileiro, provocando uma mudança notável nas relações até então um tanto fortuitas entre portugueses e ameríndios. De início, os colonos pioneiros dependeram significativamente do comércio de troca com os ameríndios locais no que diz respeito à comida e ao trabalho, assim como acontecera com os mercadores de passagem e os negociantes de pau-brasil. Porém, quando os colonos passaram a ocupar lotes de terra e fazer roças onde cultivavam plantas alimentícias (principalmente man-

ocupação do litoral

direitos municipais e donatários

mudança e pontos coloniais

experimentação → experimentações

dioca) e planejar extensas plantações de cana-de-açúcar, como ocorrera em Pernambuco e na Bahia, tiveram muita dificuldade em obter um fornecimento garantido de mão-de-obra indígena suficiente. Os aborígenes estavam dispostos a trabalhar intermitentemente pelos utensílios e quinquilharias que desejavam, mas não tinham disposição para labutar durante muito tempo, e menos ainda para passar a vida inteira no trabalho exaustivo da lavoura, das pastagens e da grande propriedade agrícola.

Por outro lado, os portugueses que emigravam para o Brasil, mesmo os camponeses muito simplórios, não tinham a menor intenção de realizar nenhum trabalho manual, naquela que se lhes afigurava como a terra prometida, caso pudessem evitar tal esforço. Como consequência inevitável, ao descobrirem que os ameríndios não estavam dispostos a trabalhar para eles na agricultura, a longo prazo, como servos, tentaram obrigá-los a trabalhar como escravos. Conseguiram obtê-los em parte por meio do "resgate" ou da compra de cativos capturados nas freqüentes guerras intertribais, e em parte por meio de incursões diretas às aldeias ameríndias, que eram real ou supostamente hostis aos colonos. A escravização dos ameríndios foi categoricamente proibida pela Coroa em 1570, a não ser nos casos em que pudessem ser capturados numa "guerra justa" ou pertencessem a tribos canibais. Esse decreto não foi levado muito a sério pela maioria dos moradores, mas outras causas se associaram e fizeram com que o número de índios disponíveis para o trabalho nas grandes propriedades agrícolas fosse reduzido. Com a dizimação de muitos grupos ameríndios pelas guerras e a introdução de doenças européias (por exemplo, a varíola), e com a alta taxa de mortalidade entre os escravos índios que não podiam suportar a vida nas grandes fazendas, os moradores se viram obrigados a procurar uma solução alternativa para o fornecimento de escravos durante a segunda metade do século XVI.

A solução surgiu com a expansão e a intensificação do comércio então existente de escravos negros na África Ocidental. Esses escravos já haviam sido utilizados em grande escala para trabalhar no desenvolvimento das ilhas de Cabo Verde e, em menor escala, na Madeira e nas regiões meridionais de Portugal. Em meados do século XVI, grande quantidade de escravos estava sendo exportada para as Antilhas e para o império espanhol do Novo Mundo. No entanto, a utilização mais visível e mais bem-sucedida do trabalho escravo negro se dava nas ilhas de São Tomé e Príncipe, no golfo da Guiné. Desabitadas,

quando os portugueses as descobriram por volta de 1470, foram colonizadas pelos colonos brancos enviados de Portugal (entre os quais levas de crianças judias deportadas na década de 1490) e mão-de-obra escrava fornecida por negros de uma variedade enorme de tribos do continente, muitos dos quais conseguiram posteriormente a liberdade.

O solo e o clima de São Tomé mostraram-se muito favoráveis para o cultivo da cana-de-açúcar, e a ilha experimentou notável progresso econômico na maior parte do século XVI com o rápido aumento da demanda européia por açúcar. A indústria açucareira de São Tomé era uma atividade florescente em 1530, e a produção cresceu de cerca de 5 mil arrobas nesse ano para 150 mil em 1550. A transplantação do cultivo da cana-de-açúcar e da escravatura negra para o Brasil, que começou durante essas décadas, foi consequência natural do exemplo fornecido por São Tomé.

A vegetação luxuriante do litoral tropical não era novidade para os pioneiros portugueses no Brasil, visto que alguns deles já tinham se acostumado a um meio ambiente superficialmente similar em suas viagens de exploração e comércio ao longo da costa ocidental da África. Porém, se havia algumas semelhanças entre as terras tropicais de ambas as margens do Atlântico sul, havia também diferenças nítidas. Os colonos portugueses não demoraram a descobrir a existência de muitas desvantagens físicas e de perigos naturais no continente vasto e variado situado entre a selva amazônica e as planícies onduladas da região mais ao sul, hoje conhecida como Rio Grande do Sul, se bem que fossem menos prejudiciais aos colonos brancos do que as regiões empesteadas de febre da África Ocidental. Numerosas pragas de insetos tornavam qualquer tipo de agricultura uma empresa arriscada em muitas regiões do Brasil, ainda que não a mosca tsé-tsé africana. Secas devastavam algumas regiões brasileiras anos a fio, especialmente no Nordeste, onde parece ter havido mais pioras do que melhoras no sistema ecológico durante os últimos três séculos. Em todas as demais partes, o caprichoso clima brasileiro parecia alternar chuvas e cheias excessivas, de um lado, com uma precipitação de chuva totalmente insuficiente do outro. Embora o solo fosse bastante rico em alguns pontos, como nas regiões açucareiras do Recôncavo baiano e da várzea pernambucana, era, de maneira geral, muito pobre em elementos químicos orgânicos, uma vez que a selva e a vegetação haviam sido devastadas para que o espaço fosse usado para o cultivo. A escassez de cálcio era (e é) especialmen-

te grave, afetando de forma negativa o valor nutricional das plantas em crescimento. Com a notável exceção do Amazonas e de seus tributários, os rios do Brasil não permitiam fácil acesso ao interior, pois a existência de corredeiras e quedas-d'água, bem como a relativamente curta distância dos estuários impediam a navegação rio acima. Esse obstáculo físico não existia na mesma escala na África Ocidental, onde, no entanto, as sociedades negras, de origem sudanesa ou banto, constituíam uma barreira mais coesa e mais forte à penetração do interior do que os ameríndios nômades do Brasil.

pobruza
Por outro lado, as condições existentes em certas regiões de Portugal eram de tal ordem que muitos não tinham outra alternativa senão emigrar. O Brasil, com todos os inconvenientes que apresentava, lhes dava oportunidade de obter uma vida melhor do que aquela que poderiam esperar em seu país. Portugal, não menos do que o Brasil, sofria de uma caprichosa e mal distribuída precipitação de chuvas e de pobreza orgânica do solo em muitas regiões. A terra-mãe foi severamente devastada por epidemias de peste durante os séculos XVI e XVII, o que não ocorreu no Brasil até os ataques de febre amarela por volta de 1680. O excesso de população e a pressão sobre a terra em certas regiões férteis (Minho) do Norte de Portugal, e das ilhas atlânticas da Madeira e dos Açores, forneceram uma corrente de emigração constante. De 1570 em diante, um número cada vez maior de emigrantes partia para o Brasil, preferindo-o à "Goa Dourada" e ao Oriente. Dos mil colonos que se fixaram na Bahia, em 1549, quatrocentos eram degredados; mas, a partir dessa data, o número de emigrantes voluntários ultrapassou largamente o daqueles que eram deportados para o bem de seu país. Além disso, ainda que o número de homens emigrantes fosse, naturalmente, muito maior do que o de mulheres, a proporção das que acompanhavam seus homens para o Brasil era bastante superior ao número ínfimo das que embarcavam para a Índia.

Ambrósio Fernandes Brandão, um colono com ampla experiência do Nordeste brasileiro no fim do século XVI, dividia os emigrantes portugueses em cinco categorias. Primeiro, os marinheiros e marítimos que tripulavam os barcos que navegavam entre Portugal e Brasil, se bem que, na verdade, esses homens não eram emigrantes e sim visitantes de passagem, embora mantivessem a tradicional mulher ou namorada de marinheiro em todos os portos. Segundo, os mercadores e comerciantes, que, em sua maioria, trabalhavam na base de comissão para investidores que ficavam em Portugal; Brandão acusa-

va-os, um tanto injustamente, de não fazerem nada para o enriquecimento da colônia e de, ao contrário, procurarem despojá-la de toda a riqueza que pudessem. Terceiro, os artífices e artesãos, que trabalhavam por conta própria como pedreiros, carpinteiros, tanoeiros, alfaiates, sapateiros, ourives etc.; quase todos contavam com mão-de-obra escrava, já que tinham condições de comprar um ou mais escravos e treiná-los. Quarto, os homens que serviam outros como trabalhadores assalariados, capatazes ou feitores nas plantações de cana-de-açúcar, ou como trabalhadores nas fazendas de criação de gado. Quinto, a classe patronal, cujos membros mais importantes eram os senhores de engenho e os donos das grandes propriedades agrícolas, os quais constituíam a aristocracia local e assumiam ares de gente educada ou nobre, por mais humildes e baixas que fossem suas origens sociais. Brandão afirmava que a maioria dos homens dessas cinco classes estava ansiosa para voltar para Portugal, assim que tivessem acumulado dinheiro suficiente para se aposentar com conforto. Estava obviamente exagerando e admitia que, de todo modo, a grande maioria tinha de permanecer no Brasil onde quase todos haviam casado e constituído família, contraindo laços com o país e com o povo que não poderiam romper facilmente.

O padre Fernão Cardim, jesuíta contemporâneo de Brandão, deixou-nos outra interessante descrição do Brasil, na qual testemunha o que vira nesse período. Roubada por corsários ingleses em 1601, essa descrição foi publicada [em Londres] por Samuel Purchas 24 anos depois. Como parte do *Tratado* original de Cardim se perdeu, citarei, quando necessário, a tradução de Purchas, atualizando, porém, a ortografia e a pontuação. Cardim se mostrava francamente elogioso quanto ao clima do Brasil, que exaltava como sendo “temperado, de ar bom, delicado e saudável”, melhor do que o de Portugal. Impressionava-o a longevidade dos habitantes, tanto dos ameríndios como dos colonos portugueses, visto que “os homens viviam uma vida longa, até os noventa, cem e mais de cem anos, e o país estava cheio de homens velhos”. Também o impressionava visivelmente a beleza “muito pura e clara” das noites tropicais, iluminadas pelo Cruzeiro do Sul. Como a maioria de seus contemporâneos, obcecava-o a crença medieval na influência nefasta da lua, que, segundo escreveu, “é muito prejudicial à saúde e corrompe muito as coisas”. Reparou nas curtas auroras e crepúsculos e no fato de, no hemisfério sul, “o inverno começar em março e terminar em agosto; o verão começar em setem-

bro e terminar em fevereiro; as noites e os dias serem quase iguais o ano todo”. Curiosamente, comentou que o país era “um tanto melancólico”, o que atribuí à grande quantidade de chuva e aos numerosos rios que transbordavam. Notou a escassez de pedra para construção em algumas regiões litorâneas e a falta, no país, de matérias-primas adequadas para o vestuário, com exceção do algodão. O gado e o açúcar eram os principais produtos das regiões colonizadas, e, nelas, “a comida e as águas eram geralmente saudáveis, leves e de fácil digestão”.

Ao comparar o Brasil com Portugal, Cardim considerava que o primeiro usufruía de um “clima muito mais temperado e saudável, sem grandes calores nem frios, onde os homens vivem muito tempo, com poucas doenças, não existindo a cólica, nem os males do fígado, da cabeça, do peito, nem a sarna, nem nenhuma das outras doenças que existem em Portugal”. O mar ao longo da costa brasileira fornecia inesgotável provisão de peixes comestíveis e succulentos, e, em terra, havia uma agradável escassez de piolhos e moscas. As casas dos colonos eram modestas, “visto que a maior parte delas tem paredes de barro e telhados de colmo, se bem que agora comecem a se construir casas de cal, pedra e telhas”. Faltava principalmente matéria-prima para a confecção de roupas de estilo europeu, assim como produtos manufaturados, sobretudo nas capitânicas do sul, onde a população era mais escassa e dispersa. No entanto, em Pernambuco e na Bahia, “eles possuem todo tipo de tecidos e sedas, e os homens andam bem-vestidos e usam muitas sedas e veludos”. A ausência relativa de piolhos e moscas era contrabalançada pela presença de outras pragas de insetos, entre as quais insetos que picam, “de tantas espécies e tão cruéis e venenosos, que, se ferram qualquer pessoa, o local incha durante três ou quatro dias, especialmente se era o caso de homens recém-chegados, cujo sangue é vigoroso e tenro, do bom pão, do vinho e da comida deliciosa de Portugal”. É bastante curioso que, ao enumerar as pragas de insetos existentes no Brasil, o padre Cardim não mencionasse a onipresente formiga, batizada pelos exasperados plantadores de açúcar de “o rei do Brasil”.

O padre Cardim criticava com severidade a maneira como os “moradores” portugueses, ou a maior parte deles, maltratavam os ameríndios, a quem matavam e escravizavam à menor provocação (ou mesmo sem nenhuma), apesar das reiteradas ordens reais e da legislação oficial que proibiam tais atrocidades. Seu relato-testemunho é um dos muitos documentos seiscentistas e setecentistas que descrevem com detalhes como os ameríndios eram as-

sassinados, escravizados ou explorados pela maioria dos colonos e dos funcionários da Coroa, enquanto os jesuítas eram praticamente os únicos que tentavam proceder como amigos e protetores dos indígenas. Dado o devido descontento ao exagero e ao fato de que os ameríndios nem sempre se abstinham de atos hostis injustificados, e de que alguns deles com efeito eram canibais, o peso da evidência mostra com muita clareza que a “legenda negra” tinha forte componente de verdade tanto na América portuguesa como na espanhola. Cardim cita diversos exemplos de como os colonos atraíam os ameríndios de suas aldeias do sertão para a região costeira, onde os subjugavam e escravizavam. Às vezes, os caçadores de escravos chegavam a se disfarçar de missionários jesuítas; usavam batinas e tonsuras para ganhar a confiança dos selvagens, já que os jesuítas eram, de modo geral, os únicos brancos em quem os ameríndios confiavam.

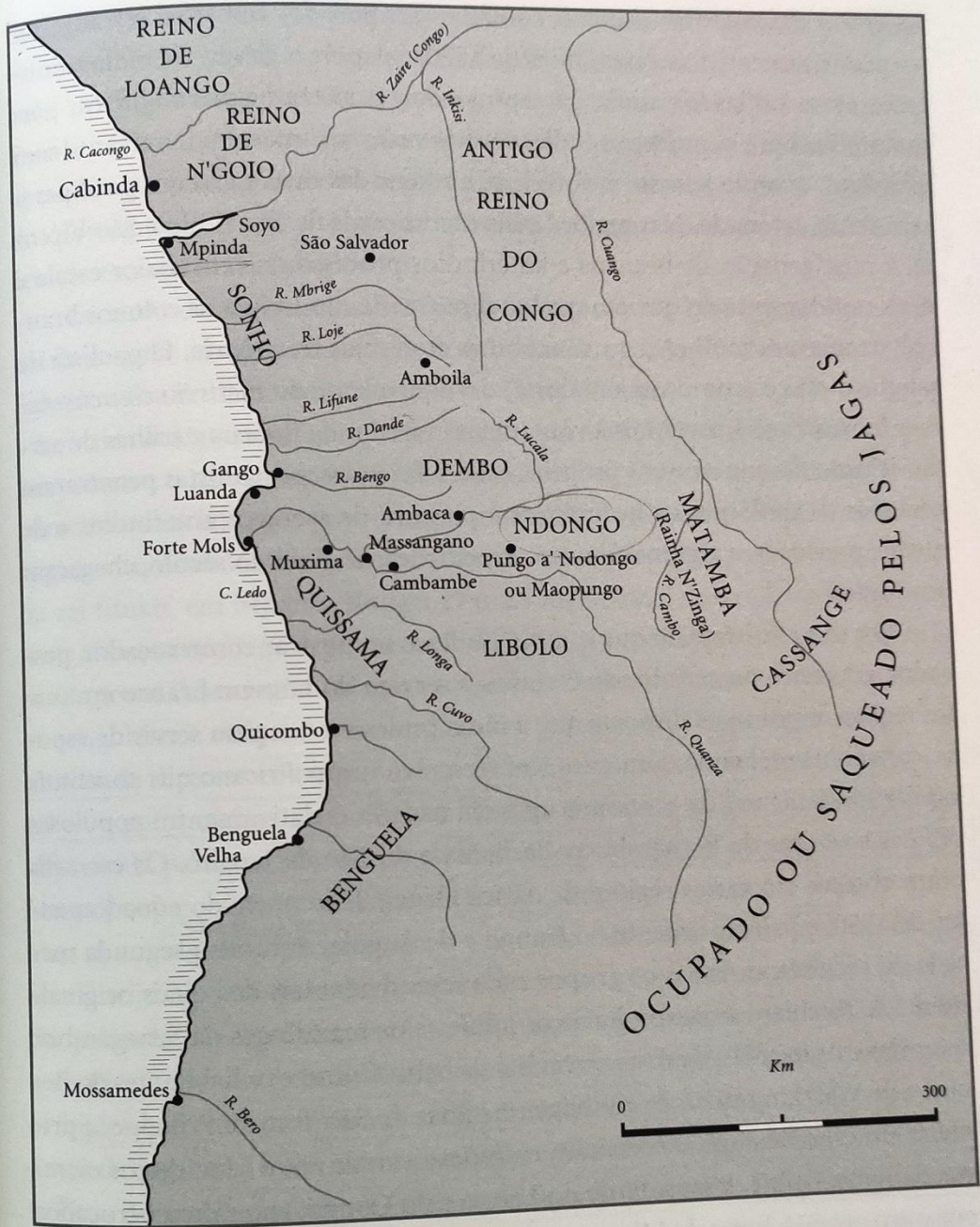
As afirmações de Cardim quanto ao modo de agir dos colonos portugueses — muitas vezes fundamentado no princípio, mais tarde seguido pelos anglo-saxões na América do Norte, de que “índio bom era o índio morto” — são demasiado numerosas para que as reproduzamos aqui. Basta citar uma das observações que acentua o abismo existente entre o preceito real e a prática colonial que, do começo até o fim, sempre agravou esse problema.

No que diz respeito à justiça, que era usada com os índios, o rei nosso senhor tem de compreender que embora Sua Majestade, como todos os reis seus antecessores, recomende sempre este assunto dos índios aos governadores acima de tudo como o seu dever principal, com muitas palavras eficazes, mesmo assim a justiça que até agora tem existido no Brasil em relação a eles foi nenhuma ou muito pouca, como se vê facilmente pelos assaltos, roubos, cativos e outros vexames que sempre lhes foram feitos e que ainda agora o são. Houve sempre uma justiça rigorosa contra os índios; já foram enforcados, cortados aos pedaços, esquartejados, já lhes foram decepadas as mãos, já foram queimados com tenazes quentes e colocados na boca dos canhões por terem matado ou ajudado a matar alguns portugueses (que porventura o tenham merecido). Mas havendo pessoas, e não são poucas no Brasil, como sempre houve, e ainda há, notoriamente infames por saquearem, roubarem, marcarem a ferro quente, venderem e matarem muitos índios, e até hoje nunca houve nenhuma demonstração de castigo, é para se temer que, ao vê-lo tão desejado na Terra, caia do Céu sobre todos os habitantes do Brasil.

que história
9. a história
da Índia
19.

Como assinalamos antes, e a seguir, é grande a quantidade de provas que contrariam a moderna alegação portuguesa de que a colonização do Brasil foi uma história sem derramamento de sangue, caracterizada pela compreensão instintiva dos ameríndios e simpatia espontânea por eles, de que careciam as outras nações que estiveram na América como colonizadoras, quer se tratasse da Espanha, da Inglaterra, da França ou da Holanda. Claro que seria errôneo subestimar as realizações genuínas dos portugueses na colonização do Brasil, e afirmar que os aborígenes foram, sempre e em todo lugar, tão maltratados como asseveraram Cardim e outros críticos contemporâneos. Se, em sua maioria, os colonos consideravam os ameríndios fonte de trabalho forçado, explorável e dispensável, houve também certa assimilação inter-racial intermitentemente pacífica. Em Pernambuco, por exemplo, onde duas gerações da família do primeiro donatário, Duarte Coelho, passaram por momentos difíceis para estabelecer a sua colônia, devido à grande oposição de algumas tribos locais entre 1540 e 1570, esses anos de luta igualmente testemunharam os feitos amorosos do prolífico conquistador Jerônimo de Albuquerque. Descreveram-no como "naturalmente de índole amena e agradável; e, dado que tinha muitos filhos das filhas dos chefes tribais, tratava-os com consideração". O Adão pernambucano, nome dado a esse patriarca por causa da prole numerosa, reconheceu 24 filhos em 1584, e muitas famílias pernambucanas do nosso tempo orgulham-se de descender da "princesa" índia de Albuquerque, Maria do Espírito Santo Arco-Verde, equivalente brasileira (e mais fecunda) da Pocahontas da Virgínia.

Os jesuítas tentaram domesticar e cristianizar os ameríndios nômades reunindo-os em aldeias missionárias, como fizeram mais tarde seus colegas espanhóis com notável sucesso nas conhecidas reduções do Paraguai. Essas aldeias localizavam-se originariamente muito perto das colônias e cidades brancas, uma vez que os jesuítas eram obrigados a permitir que seus protegidos realizassem trabalhos manuais para os moradores portugueses, sob certas condições e garantias. Mas esforçaram-se para limitar esses contatos e proteger seus neófitos das influências desmoralizadoras dos colonos brancos e dos mestiços. Por esse motivo, abstiveram-se, em algumas regiões, de ensinar português aos conversos, usando eles próprios, nas aldeias, a chamada língua geral, ou tupi. A Coroa também estava ansiosa para obter a cooperação amigável dos "índios mansos" (como eram chamados os ameríndios "domesticados")



Angola e o Reino do Congo, do século XVI ao XVIII.

miscigenação

Paulistas

na defesa das colônias costeiras contra os ataques dos corsários estrangeiros — primeiramente franceses, antes de 1570, e depois ingleses. Os índios amistosos eram utilizados ainda na captura dos escravos negros fugitivos, porquanto, embora as mulheres índias muitas vezes se juntassem livremente com africanos, quando isso era possível, os homens das duas raças em geral pareciam ter se detestado. Nas regiões mais meridionais de São Paulo e São Vicente, a miscigenação de brancos e ameríndios processou-se em maior escala e mais rapidamente do que em qualquer outra, de modo que os colonos brancos arranjavam mulheres ou concubinas com mais freqüência. O paulista de sangue mestiço (como era a maioria) é o equivalente do *métis* ou *coureur-du-bois* franco-canadense. Mais à vontade nas veredas da floresta e trilhas do sertão remoto do que em suas próprias casas e fazendas, os paulistas penetraram centenas de quilômetros no interior à procura de escravos ameríndios e de metais preciosos, e algumas de suas expedições, no final do século, chegaram aos Andes.

Trabalho escravo & pilar fundamental da economia baiana

Por mais satisfatório que o índio pudesse se mostrar como caçador, pescador, guerreiro ou caçador de escravos a serviço do homem branco em certas regiões, e por mais disposta que a índia pudesse estar para servir de esposa, concubina ou criada doméstica, era o escravo negro africano que constituía o pilar fundamental da economia agrícola nas três (relativamente) populosas regiões costeiras de Pernambuco, da Bahia e do Rio de Janeiro. Os escravos eram obtidos em várias regiões da África Oriental, ao norte do equador, antes de 1550, e principalmente do Congo e de Angola, durante a segunda metade do século XVI. Entre os grupos sudaneses ^{Ocidental} ocidentais dos quais originalmente se recebiam escravos, havia os jolofes e os mandingas da Senegâmbia, os ardras e os iorubás, da costa escravista da baixa Guiné, e os habitantes do Benim e de Warri, no delta do rio Níger. As ilhas de São Tomé e Príncipe, a primeira em especial, logo se tornaram entrepostos onde eram reunidos os escravos da baixa Guiné, e mais tarde do Lango e do Congo, antes de ser trocados por ouro em São Jorge da Mina, ou enviados para ser vendidos em Lisboa, no Brasil ou na América espanhola. A ilha de Santiago, no arquipélago de Cabo Verde, desempenhou função semelhante em relação a muitos escravos originários da Senegâmbia. O comércio escravista de São Tomé e, em consequência, o desenvolvimento do cultivo do açúcar nessa ilha foram muito estimulados depois que os portugueses estabeleceram relações amistosas com o reino ban-

to do Congo, em 1483. A história da tentativa abortada de implantar a religião cristã e a civilização europeia nesse reino africano na primeira metade do século XVI foi contada repetidas vezes; portanto, basta resumir-la brevemente. Essa história sintetiza, de maneira espantosa, a dicotomia que impossibilitou a aproximação portuguesa dos negros africanos por tanto tempo — o desejo dos portugueses de salvar as almas imortais dos negros, acompanhado do anseio de escravizar seus corpos vis.

O centro do antigo reino do Congo ficava no que é hoje a zona setentrional de Angola, em torno da cidade de Mbanza Kongo, depois denominada São Salvador. Era limitado ao norte pelo rio Zaire (Congo) e ao sul pelo rio Loje; a fronteira oriental descia imperfeitamente para o sul, de Stanley Pool até, paralelamente, o rio Cuango. Vários estados e tribos a leste e ao sul dessas fronteiras reconheciam, vez por outra, a soberania do Congo por intermédio do pagamento ocasional de tributos e do envio de presentes para o *mani*, chefe ou rei titular, em Mbanza Kongo. O mais meridional desses tributários bastante tênues era o Ngola, rei ou chefe de Ndongo, entre os rios Dande e Quanza. Os povos dessa região de savana ao sul da floresta equatorial, entre os quais os congoleses e os bundos ou ambundos, praticavam a agricultura móvel e a rotação de diversas culturas. Sabiam trabalhar os metais, incluindo o ferro e o cobre, e eram oleiros muito hábeis. Teciam esteiras e artigos de vestuário da rafia ou da palma, e sua arte nesse domínio provocou a admiração dos pioneiros portugueses. Domesticaram vários animais — porcos, ovelhas, galinhas e, em algumas zonas, gado —, embora não utilizassem leite, manteiga nem queijo. Viviam quase todos em cabanas ou em pequenas aldeias cercadas por paliçadas, construídas de materiais frágeis e geralmente retangulares. Seus utensílios agrícolas reduziam-se à enxada e ao machado. O painço, o sorgo e os feijões que cultivavam eram complementados pelos frutos da floresta e produtos da caça. A lei e os costumes tribais regulavam a vida cotidiana, e seus feiticeiros ou médicos-feiticeiros eram tidos em alta conta. Os congoleses não conheciam a arte da escrita, contudo os portugueses os consideravam os mais avançados da raça negra que tinham encontrado até então; e esses bantos da Idade do Ferro eram sem dúvida muito mais avançados do que os ameríndios brasileiros da Idade da Pedra.

A monarquia congolesa não era hereditária. O rei em geral era sucedido por um dos filhos, mas a sucessão era quase sempre contestada, e o reclaman-

te vitorioso matava os rivais e seus principais adeptos. Uma vez instalado no trono, o rei teoricamente detinha o poder absoluto, entretanto, na prática, era obrigado a considerar com muita atenção as opiniões dos nobres mais importantes, representados pelos governadores de cinco das seis províncias em que se dividia o reino (a sexta, central, era diretamente governada pelo rei). Esses governadores eram responsáveis pela coleta dos tributos provinciais cobrados sobre tecidos de palma, marfim, peles e escravos e por seu envio para a capital. A moeda mais valiosa era um tipo de concha chamada *nzimbu*, encontrada apenas na ilha de Luanda, diretamente administrada por um representante real.

aliança com o Congo

Os reis portugueses da Casa de Avis não tentaram, a partir de 1493, obter o controle político do reino do Congo, nem conquistá-lo pela força das armas. Contentaram-se em reconhecer seus reis do Congo como irmãos de armas, tratá-los como aliados, e não como vassalos, e tentar convertê-los, a eles e a seus súditos, mediante o envio de missionários e a educação de alguns jovens congolezes selecionados em Lisboa. As primeiras embaixadas e missões portuguesas enviadas ao Congo incluíram não só padres e frades, como também trabalhadores e artesãos hábeis, tais como pedreiros, serventes, ferreiros e trabalhadores agrícolas. Dois impressores alemães residentes em Lisboa emigraram voluntariamente para a ilha de São Tomé com sua impressora, em 1492, talvez para trabalhar no reino do Congo, ou para este, embora nada do que possam ter imprimido tenha chegado até nós. Várias mulheres portuguesas foram enviadas para ensinar às senhoras congolezas a arte da economia doméstica, tal como era praticada em Portugal. Um dos príncipes congolezes enviados para a Europa com a finalidade de ser educado foi, no devido tempo, consagrado bispo titular de Utica, com o consentimento um tanto relutante do papa, obtido graças à insistência do rei de Portugal, em 1518. O mais ardente defensor da religião e da civilização ocidentais foi o rei Nzinga Nvemba, que governou de 1506 a 1543, chamado dom Afonso I depois de sua conversão ao cristianismo. Esse monarca, genuíno, fervoroso e inteligente, convertido ao cristianismo, fez de tudo para implantar a nova religião por meio do ensinamento e do exemplo. Os missionários, comerciantes e trabalhadores portugueses eram acolhidos calorosamente, e, ao menos durante certo tempo, os congolezes mostraram uma disposição entusiástica para adotar (ou adaptar) padrões de vida europeus, prenunciando a atitude dos japoneses 350 anos

mais tarde. O que impediu esse reino banto de se ocidentalizar há quatro séculos e meio, quando tanto dom Manuel I de Portugal como o rei Afonso I do Congo encaravam esse fato como algo desejado com entusiasmo?

Em primeiro lugar, nunca houve missionários, instrutores e artesãos suficientes para ensinar com eficiência os congolezes. Dom Afonso pedia insistentemente que lhe fossem enviados mais, mas nunca chegou ao Congo um número que se aproximasse do suficiente. Muitos dos que chegavam morriam pouco depois, uma vez que, naquela época, nada se conhecia das causas e da cura da malária e de outras doenças tropicais. Segundo, muitos desses missionários eram pessoas de natureza indiferente, sem nenhum sentido verdadeiro de vocação, já que a moralidade clerical no Portugal daquele tempo deixava muito a desejar, como, aliás, acontecia em toda a Europa. Terceiro, os vastos e crescentes empreendimentos marítimos portugueses, que se estendiam das ilhas das especiarias a São Vicente, associados à guerra contínua com o Marrocos, desviaram inevitavelmente do Congo as atenções e os esforços. O rei dom João III de Portugal, que governou de 1521 a 1557, mostrou, ao contrário de seus dois predecessores, pouco interesse nas missões congolezas. Muitas vezes deixou sem resposta, anos a fio, as inúmeras cartas e mensagens do rei do Congo; quando por fim enviava resposta ou alguma ajuda, qualquer que fosse, era, em geral, de pouca importância ou demasiado tardia. A irrupção das hordas canibais dos jagas, da África Central, no Congo, entre 1568 e 1573, devastou várias regiões, antes da expulsão desses selvagens por uma força expedicionária portuguesa. Todavia, a principal razão para o fracasso definitivo do promissor começo da civilização ocidental no Congo foi, sem dúvida, a estreita conexão rapidamente desenvolvida entre missionário e traficante de escravos. Essa conexão estava firmemente estabelecida antes da invasão dos jagas.

Já em 1530, a exportação anual de escravos do Congo podia ser avaliada, com confiança, em 4 mil a 5 mil peças. A “peça” ou “peça da Índia” era um escravo jovem do sexo masculino, de primeira qualidade; todos os demais escravos de ambos os sexos valiam menos do que uma peça. Portanto, esse termo podia incluir dois ou mesmo três indivíduos, conforme a idade, o sexo e a saúde; crianças de peito não eram contadas separadas das mães. Nesse período, a maioria dos escravos vinha de regiões além das fronteiras do reino do Congo propriamente dito. Eram obtidos sobretudo mediante trocas com os tequês e

transforma-
ção da
sociedade.

os mpumbu, no Nordeste, ou por meio de incursões que alternavam com o comércio com os bundos, no Sul. Mas o rei Afonso I e seus sucessores queixavam-se cada vez mais de que os comerciantes portugueses utilizavam congole-
ses como escravos, e a invasão dos jagas foi, como era natural, acompanhada
de enorme aumento do comércio escravista, que continuou a florescer depois
da sua expulsão. Os próprios reis congolezes de vez em quando enviavam es-
cravos como presente aos reis de Portugal, mas sua correspondência mostra
claramente que o crescimento do comércio escravista os inquietava bastante
e eles procuraram limitá-lo tanto quanto puderam. Os reis de Portugal, ao
menos vez por outra, também estavam dispostos a cooperar com os monar-
cas congolezes, no entanto esses esforços eram sistematicamente sabotados
pelos governadores e agricultores da ilha de São Tomé, que intensificaram
com firmeza esse tráfico, associando-se a negociantes do continente.

Para evitar o cumprimento dos decretos reais inconvenientes e o paga-
mento de taxas de exportação no porto congolês de Mpinda, os traficantes de
escravos de São Tomé concentraram sua atenção no reino bundo de Ngondo,
ao sul do rio Dande. Os portugueses sabiam da existência desse estado banto
recentemente estabelecido, mas que se encontrava em crescente desenvolvi-
mento em 1520, quando dom Manuel deu instruções a dois enviados para vi-
sitarem o "Rei de Angola", nome com que esse potentado era conhecido, a par-
tir do patronímico N'gola. Os enviados foram informados de que se acreditava
que a região de N'gola era rica em prata e de que o próprio rei havia solicita-
do o envio de missionários, já que tencionava aceitar o cristianismo. Os resul-
tados dessa primeira embaixada não são conhecidos, mas a procura de almas
e da prata continuou a influenciar a política portuguesa em Angola durante
muitos anos, embora, tal como no Congo, os escravos viessem se mostrar a
fonte de lucro mais imediata e mais duradoura. Antes de 1571, a Coroa por-
tuguesa estipulava que os escravos podiam ser embarcados somente no porto
congolês de Mpinda; contudo, a partir de 1520, eles eram despachados em
número cada vez maior diretamente da foz do rio Quanza, em Angola, onde
os intermediários que traficavam os que vinham de São Tomé não pagavam
direitos de exportação.

Política
portuguesa
em Angola

Em 1560, a Coroa fez nova tentativa de encetar relações oficiais com
N'gola, mas os enviados, entre os quais quatro missionários jesuítas, ficaram
detidos durante muitos anos em Ndongo, capital de Ngoleme, que foi descri-

ta como uma cidade de 5 ou 6 mil “casas” (*kraals*), antes que um incêndio a destruísse, em 1564. Paulo Dias de Novais, que escoltara os jesuítas até lá, foi libertado nos anos seguintes, assim como alguns de seus companheiros sobreviventes, porém o padre jesuíta Francisco de Gouveia continuou no cativeiro até sua morte, cerca de dez anos mais tarde. Muito antes disso, desiludira-se com a perspectiva de convertê-los ao cristianismo sem dificuldades. Ao escrever para a Coroa, em 1563, afirmava que a experiência havia demonstrado que os bantos eram selvagens bárbaros que não podiam ser convertidos pelos métodos persuasivos e pacíficos empregados em nações asiáticas tão cultas como a japonesa e a chinesa. O cristianismo em Angola, escreveu, tinha que ser imposto pela força das armas, ainda que, uma vez convertidos, os bantos se tornariam cristãos excelentes e submissos. Essa foi, e assim permaneceu muito tempo, a opinião geral dos missionários e leigos portugueses. Outro missionário jesuíta pioneiro escreveu de Angola, doze anos mais tarde: “Quase todas as pessoas estão convencidas de que a conversão desses bárbaros não pode ser conseguida através do amor, mas só depois de terem sido submetidos pela força das armas e de se tornarem vassallos do rei nosso senhor”.

A posição da Igreja militante condizia com as propostas de Paulo Dias de Novais, que, após regressar a Lisboa, em 1565, instou com o governo para que o nomeasse conquistador e donatário de Angola, que podia então se desenvolver de maneira semelhante à das capitânicas com maior êxito no Brasil. O alvará que lhe foi finalmente concedido pela Coroa em 1571 recomendava a colonização de parte de Angola por famílias camponesas de Portugal, a quem seriam fornecidas “todas as sementes e plantas que podem levar deste reino e da ilha de São Tomé”. Contudo, quando a expedição de Paulo Dias de Novais chegou a Luanda, em fevereiro de 1575, o comércio escravista já estava firmemente estabelecido na região pelos traficantes de São Tomé. Nos três séculos seguintes, a malária e outras doenças tropicais mostraram ser obstáculos insuperáveis a uma colonização branca em grande escala no interior, e os elevados ideais do alvará real foram logo abandonados e substituídos pela procura sem restrições de “peças”, por meio do tráfico ou se valendo de incursões para a captura de escravos. No primeiro caso, os escravos em geral eram obtidos por intermédio de pombeiros, comerciantes, às vezes portugueses brancos mas, com mais frequência, mulatos, negros livres, ou mesmo escravos de confiança, que trabalhavam para os pumbos ou mercados do interior e que levavam carava-

nas de escravos dessas zonas para a costa. Os portugueses também exigiam o pagamento de tributo, sob a forma de escravos, dos sobas ou chefes tribais que se submetiam a eles. Quando faziam incursões para capturar escravos (o que era diferente do comércio escravista), acabavam por confiar cada vez mais na utilização de auxiliares jagas, guerreiros que formavam a espinha dorsal da "guerra negra" e eram denominados empacaceiros, termo derivado de uma palavra que significa "caçadores de pacaça".*

O povo da tribo dos pende, que vivia na costa angolana no século XVI mas depois emigrou para o interior, junto ao rio Kasai, preservou uma interessante tradição oral da conquista que os portugueses fizeram de sua terra natal.

Um dia os homens brancos chegaram em navios com asas, que brilhavam como facas ao sol. Travaram duras batalhas com o N'gola e cuspiram fogo nele. Conquistaram as suas salinas e o N'gola fugiu para o interior, para o rio Lucala. Alguns dos seus súditos mais corajosos ficaram perto do mar e quando os homens brancos vieram trocaram ovos e galinhas por tecidos e contas. Os homens brancos voltaram outra vez. Trouxeram-nos milho e mandioca, facas e enxadas, amendoim e tabaco. Daí em diante até os nossos dias, os brancos só nos trouxeram guerras e misérias.

Ao introduzirem novas culturas, os europeus ensinaram uma oração que devia ser pronunciada para que elas fossem bem-sucedidas. Essa oração ainda hoje é lembrada pelos pende, embora um tanto alterada.

Apesar de os portugueses continuarem a exportar escravos de Mpinda e Loango para o Brasil via São Tomé ao longo de todo o século XVI, Angola tornou-se a principal fonte de fornecimento de escravos depois da fundação de Luanda em 1575. Faltam estatísticas confiáveis referentes a longos períodos, mas um funcionário visitador que inspecionou os livros da alfândega de Luanda em março de 1591 notificou que um total de 52 053 "peças da Índia" fora exportado desde 1575. Trata-se obviamente de um número excessivamente baixo para o tráfico escravista da África Ocidental como um todo, já que não leva em conta o considerável comércio de contrabando e o número de escla-

* "Pacaça" é palavra angolana que designa um mamífero semelhante ao búfalo. (N. T.)

vos exportados de outros portos. Tampouco podemos distinguir o número dos que foram mandados para o Brasil daqueles que embarcavam para ser vendidos no império hispano-americano. Contratadores e negociantes que desempenhavam o papel principal nesse comércio, e que eram muitas vezes judeus portugueses, preferiam enviá-los para as "Índias de Castela" em vez de fazê-lo para o Brasil, mesmo quando os navios negreiros eram ostensivamente desembarçados com destino a algum porto brasileiro. Os espanhóis pagavam em moedas de prata, e os donos de engenho e colonos brasileiros, com açúcar, cachaça e fumo. Outras estimativas contemporâneas não oficiais calculam o número de escravos exportados anualmente em cerca de 23 mil indivíduos, provenientes apenas de Angola. Sem dúvida é demasiado elevado, mas a evidência de que dispomos indica que de 10 mil a 15 mil escravos negros, procedentes da África Ocidental, desembarcavam em portos brasileiros num ano medianamente bom, tendo a grande maioria deles vindo de Angola no último quartel do século XVI.

A distribuição da população escrava negra no Brasil naquela época também está sujeita a estimativas contraditórias, porém é indiscutível que a maioria estava localizada em Pernambuco e na Bahia. Entre 1580 e 1590, essas estimativas situam-se entre 10 mil e 2 mil para Pernambuco e, para a Bahia, entre 3 mil e 4 mil. Os dois números extremos indicados para Pernambuco são com certeza exagerados, mas o mais alto sem dúvida está mais perto de ser exato porque Pernambuco era mais rico e mais próspero do que a Bahia. F. Mauro, que analisou todos os números relevantes, sugere que a população negra do Brasil totalizaria, em 1600, de 13 mil a 15 mil almas, 70% das quais trabalhavam em 130 plantações de cana-de-açúcar. Calcula também que cada negro produzia oitenta arrobas de açúcar por ano, numa produção total de 750 mil a 800 mil arrobas. Estimando a vida de trabalho de um escravo em sete anos, estabelece o máximo de importação de escravos do Oeste africano em 50 mil indivíduos em trinta anos, "e isto é uma estimativa generosa".

As estimativas da população branca brasileira são igualmente incompletas, vagas e contraditórias, em face da ausência de qualquer forma de recenseamento. Uma estimativa para o ano de 1584, que obteve aceitação bastante ampla, dá uma população total de 57 mil indivíduos, dos quais 25 mil brancos, 18 mil índios domesticados e 14 mil escravos negros. Além do fato de a estimativa se basear em fontes contemporâneas discutíveis (Anchieta, Cardim e

Soares), não leva em conta a porcentagem de indivíduos de sangue mestiço dentro dessas categorias, ainda que a miscigenação entre as três raças tivesse sido praticada por quase um século. Magalhães Godinho, aceitando o total de 57 mil almas para o ano de 1583, estima que, em 1600, o total seria de 150 mil indivíduos, distribuídos entre 30 mil brancos e 120 mil escravos. Entretanto, esse cálculo ignora os ameríndios e os mestiços, e é pouco provável que a população tivesse quase triplicado em dezessete anos. O que se pode afirmar com certeza é que tanto a população branca como a negra do Brasil aumentou notavelmente no último quartel do século XVI, e que os arquivos dos inquisidores visitantes durante esse período indicam que alta porcentagem dos imigrantes era oriunda do Norte de Portugal.

indústria açucareira

Quaisquer que pudessem ter sido os números reais, não há dúvida de que a rápida expansão da indústria açucareira do Brasil, de 1575 a 1600, era um dos maiores acontecimentos do mundo atlântico da época. Pernambuco e Bahia continuavam a ser de longe os centros mais importantes de produção e de população: mesmo em 1585 havia só três engenhos de açúcar e 150 chefes de família portugueses no Rio de Janeiro, enquanto Olinda e seu distrito contavam 66 engenhos e 2 mil famílias portuguesas. O vestuário luxuoso e os lautos banquetes dos donos de engenho pernambucanos mais ricos provocavam algumas críticas dos moralistas jesuítas, tendo o padre Cardim observado que “havia mais vaidade em Pernambuco do que em Lisboa”. Por outro lado, afirmava também que os grandes agricultores sustentavam generosamente a Igreja em geral e os jesuítas em particular, ao mandarem seus filhos para o colégio jesuíta de Olinda, onde eram educados. Cardim nos conta que, em 1584, eram empregados cerca de quarenta navios no comércio do açúcar entre Recife e Lisboa, e, já em 1618, o número aumentara para 130.

A prosperidade e a rápida capacidade de recuperação do comércio do açúcar foram convincentemente demonstradas pelos reveses consecutivos que o produto foi capaz de superar com êxito. Nos três anos que vão de 1589 a 1591, por exemplo, os corsários elisabetanos capturaram 69 navios utilizados no comércio do Brasil, sendo de pelo menos 100 mil libras o valor do açúcar apreendido. Por essa razão (como relatou um espião espanhol), o açúcar em Londres era mais barato do que em Lisboa ou na Bahia. Corsários franceses e piratas berberes também se apoderaram de boa parte da carga, para não falar das adversidades naturais como a grande seca de 1583, que reduziu tem-

porariamente a produção de açúcar em Pernambuco. Mas a procura sempre crescente na Europa e a expansão do comércio escravista com Angola, em conjugação com expedientes como a fretagem de navios neutros (da Hansa),* permitiram o aumento constante da produção dos engenhos. No fim do século, um produtor podia vangloriar-se junto ao governo de Lisboa de que o açúcar do Brasil era mais lucrativo para a monarquia ibérica do que toda a pimenta, especiarias, jóias e mercadorias de luxo que os navios mercantes importavam da "Goa Dourada".

* Na Idade Média, associação de mercadores do Norte da Europa. (N. T.)